

PETROBRÁS
SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
MEMÓRIA DA PETROBRÁS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

SAMPAIO, Mário Bittencourt.
Mário Bittencourt Sampaio
(depoimento; 1987). Rio de
Janeiro, CPDOC/FGV - SERCOM
/Petrobrás, 1988.
57 p. dat. ("Projeto Memó-
ria da Petrobrás")

Mário Bittencourt Sampaio
(depoimento)

Proibida a Publicação no todo
ou em parte; permitida a ci-
tação. Permitida a cópia
xerox. A citação deve ser
textual, com indicação de
fonte.

Esta entrevista foi realizada na
vigência do convênio entre o
CPDOC/FGV e o SERCOM/Petrobrás.
É obrigatório o crédito às ins-
tituições mencionadas.

ficha técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistadores: Cláudia Maria Cavalcanti de Barros Guimarães e Maria Ana Quaglino

levantamento bibliográfico e roteiro: Cláudia Maria Cavalcanti de Barros Guimarães

conferência da transcrição: Cláudia Maria Cavalcanti de Barros Guimarães

sumário: Cláudia Maria Cavalcanti de Barros Guimarães e Maria Cerqueira

texto: Leda Maria Marques Soares

leitura final: José Luciano de Mattos Dias

técnico de som: Clodomir Oliveira Gomes

datilógrafa: Márcia de Azevedo Rodrigues

local: Rio de Janeiro - RJ

data: julho a setembro de 1987

duração: 2 h 40 min

fitas cassete: 03

páginas datilografadas: 57

SUMÁRIO

1ª Entrevista: Formação escolar e curso de engenharia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro; início da experiência profissional: admissão e carreira na Central do Brasil; criação do Serviço de Pessoal na Central e sua importância para a reorganização do serviço público; o convite e o trabalho na chamada Comissão de Reajustamento do pessoal civil; o CFSPC e a nomeação do entrevistado; reações dos órgãos públicos em face ao controle exercido pelo DASP; relação DASP-CNP; monografia sobre a navegação no rio Doce apresentada no Clube de Engenharia; exposição à câmara dos Deputados sobre a viabilidade do monopólio estatal do petróleo (1952); a defesa da solução estatal; gestão do general Horta Barbosa no CNP e sua posição frente ao monopólio estatal; a contribuição do Plano Salte ao debate sobre o petróleo; conquista de financiamento americano para o setor siderúrgico no país; trabalho no DASP (1936-1950): Lei de Consignação em Folhas de Pagamento, reforma do sistema monetário nacional com a criação do cruzeiro e criação de delegações de controle das autarquias; a nomeação, por Dutra, para diretor-geral do DASP (1947-1951); assessoria à Comissão de Finanças do Congresso; elaboração do Plano Salte e participação do entrevistado na inclusão do item energia; a Missão Abbink; limites à intervenção estatal; posição frente ao Estatuto do Petróleo; a posição de Dutra sobre o petróleo; negociação do destaque ao Plano Salte; viagem à França e a Estocolmo para a compra de refinarias de petróleo e de navios petroleiros; pedido de demissão do DASP e da administração do Plano Salte, recusado por Dutra; importância da exoneração do ministro da Fazenda para a implementação do plano..... 34

2ª Entrevista: A questão do petróleo e o Plano Salte; o relatório final da Missão Abbink; crítica ao Estatuto do Petróleo; o parecer prévio da comissão interpartidária sobre o Plano Salte; viagens à Europa para a implementação das metas do plano; o processo de compra das refinarias pelas cambiais congeladas; resposta às críticas ao projeto da Refinaria de Cubatão; defesa dos termos de compra dos navios petroleiros; mudança de governo e esvaziamento do Plano Salte; contatos na França com grupos empresariais produtores de refinarias; rapidez na aprovação do destaque ao Plano Salte; altos preços internacionais da construção naval e contraproposta do entrevistado; a questão do oleoduto: veto do Eximbank a seu financiamento; o projeto do Fundo Naval (1948); depoimento à Câmara: crítica à utilização, por Getúlio, da dotação orçamentária para o petróleo e defesa da viabilidade econômica para a solução estatal; o projeto Bilac Pinto; Campanha do Petróleo e mobilização popular; monopólio da distribuição do petróleo e preservação das refinarias privadas; modificações propostas pelo deputado Horácio Lafer ao Plano Salte; papel do Estado na gestão da economia brasileira..... 57

1ª Entrevista: 16.09.1987

M.Q. — Dr. Mário Bittencourt, em primeiro lugar, gostaria-mos que o senhor nos falasse um pouco de sua formação, de seu curso de engenharia na Escola Politécnica, do início da sua experiência profissional ainda como estudante e de como o senhor se formou tão jovem, aos 20 anos.

M.S. — Eu não me achava jovem, não.

C.G. — Mas o senhor era muito jovem. Vinte anos!

M.S. — Eu, como era o mais velho da família, comecei meus estudos muito cedo. E minha formação secundária foi boa, foi no Colégio Resende, que era muito bom.

M.Q. — É um colégio conhecido.

M.S. — De modo que entrei para a Escola Politécnica e me formei aos 20 anos. Era o segundo mais moço da turma. Abaixo de mim só havia um, que, na Revolução de 32 ficou cego. Nós nos formamos 50, e somos hoje creio, que 12 — sou o mais moço dos remanescentes. Eu resolvi, mesmo antes de me formar, trabalhar. Fui trabalhar nas obras de desmonte do morro do Castelo, construção do cais do Calabouço, do cais do morro da Viúva, e a seguir na Central do Brasil.

M.Q. — A Central do Brasil foi onde o senhor fez carreira, não é?

M.S. — Foi.

M.Q. — Como o senhor foi admitido na Central do Brasil?

M.S. — Fui admitido na Central do Brasil como praticante técnico no ano de 1920 e fiz lá toda a minha carreira até a classe final, em 1936.

M.Q. — Havia alguma espécie de concurso? Como se entrava para a Central?

M.S. — Naquela época não havia concurso para engenharia. Eu soube da vaga de um engenheiro, Cosme Pinto, procurei o diretor da Central e ele prontamente me nomeou. Não havia competição.

M.Q. — Eram poucos, na verdade, os engenheiros naquela época.

M.S. — Eram poucos.

M.Q. — Bom, então o senhor vai falar um pouquinho para a gente como foi a sua carreira na Central.

M.S. — Entre os trabalhos enumerados no meu currículo está o Caderno de Encargos para todo o material da estrada, o que aliás foi elaborado em colaboração com outro engenheiro. Não fui eu só.

C.G. — Qual o nome dele?

M.S. — Júlio César Barbosa Pena.

C.G. — Esse caderno foi ampliado depois em seu uso para as demais?...

M.S. — Foi adotado em todo o serviço público.

C.G. — Quais eram as mudanças que ele promovia?

M.S. — Ele estabelecia as normas técnicas para recebimento de material, de modo que isso influiu muito na indústria nacional para aperfeiçoar o material.

M.Q. — Era uma questão de padronização?

M.S. — Ao lado disso fez-se a padronização de qualidade. A padronização que nós falamos em geral é padronização de forma, de formato.

M.Q. — Formato de quê? De peças, de...?

M.S. — Em geral, dos acessórios de peças e...

M.Q. — Incluía também material de escritório, todo o material que se pode pensar?

M.S. — Todo, todo.

M.Q. — Mas como isso era possível? Eu estou pensando no lado da estrada de ferro mesmo, porque havia aquela questão das bitolas diferentes, havia um material que não era... Como isso foi feito? Porque parece que é uma coisa muito difícil, não é?

M.S. — Muito difícil, porque a Central tinha três bitolas, e não apenas duas, como se dizia. Tinha a bitola de 75 cm., a bitola de um metro, que era a mais generalizada, e de 1,60m. Mas a padronização não atingia o material rodante, e sim as peças que o constituíam.

M.Q. — Esse seu trabalho foi muito importante para a continuidade dos seus trabalhos, para o seu trabalho posterior na Comissão Central de Compras, na Comissão de Orçamento e na comissão que reorganizou o serviço público e que deu origem ao DASP, não foi?

M.S. — Exato. Essa comissão que reorganizou o serviço público foi precedida de um outro trabalho que eu fiz na Central do Brasil, que foi a criação do Serviço de Pessoal.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

M.Q. — O senhor estava falando a respeito da criação do Serviço de Pessoal.

M.S. — Criamos o Serviço de Pessoal na Central do Brasil, onde não se sabia o número de empregados que havia, não se conhecia a variedade de salários e de funções. Fizemos um

recenseamento e, na base disso, a mecanização de todo o trabalho.

C.G. — Dr. Mário, essa ausência de organização de pessoal na Central do Brasil era mais ou menos a situação em todo o serviço público?

M.S. — Exatamente.

C.G. — Essa sua providência foi inovadora para todo o serviço público federal.

M.S. — A Central, com isso, praticamente criou uma situação nova quanto a pessoal. Fizemos, além do cadastro, o controle de todo o pagamento, que é o que segura o pessoal, a fé de ofício, enfim, um regimento detalhado, com todos os modelos de trabalho. Em consequência, fomos indicados para a comissão de reorganização do serviço público que funcionava no Palácio do Catete.

M.Q. — Quem o convidou?

M.S. — O dr. Luís Simões Lopes - meu grande amigo atualmente, não me conhecia - pediu à Central do Brasil uma pessoa para isto e eu fui indicado em consequência da função que exercia.

C.G. — Essa função que o senhor exercia como engenheiro é uma função de administração pública que naquela época era desempenhada pelos engenheiros, e não pelos economistas, não era?

M.S. — Exato. Não havia técnico de administração, de modo que o engenheiro, pela sua formação teórica, era o organizador, como era o economista - não havia economista - e até o químico - não havia escola de química no meu tempo. Por isto fui chefe do Laboratório de Ensaaios da Central do

Brasil, quando fiz o Caderno de Encargos. Havia uma razão de ser da denominação da Escola Politécnica: de lá de dentro saíram a Escola de Economia, a Escola de Química e a Técnica de Administração. Nós, então, tínhamos um verniz de tudo isto. E, na Central do Brasil, o problema de pessoal era o problema mais grave na administração. Daí terem colocado um engenheiro nisso, compreende?

M.Q. — Mas, então, como foi o seu trabalho no Catete, com a sua indicação para a comissão de reorganização do serviço público?

M.S. — O meu trabalho, superintendido pelo dr. Luís Simões Lopes, foi de início a revisão dos quadros da Central. Em consequência disso e a seguir, atuei no resto do Ministério da Viação.

M.Q. — Havia, nesse quadro de pessoal, muita gente que tinha emprego mas não aparecia? Quais eram os problemas que ocorriam? Ou não havia cargos, plano de cargos, nada disso? Porque o senhor falou que o problema de pessoal era grave. Em que sentido?

M.S. — O montante da despesa era excessivo. Então era preciso que nós organizássemos o trabalho, de forma a permitir uma redução na despesa de pessoal.

M.Q. — E com essa reorganização, houve demissões? Houve uma racionalização do trabalho?

M.S. — Houve, houve, exatamente.

M.Q. — Mas vamos voltar para a comissão de reorganização do serviço público. Depois que o senhor trabalhou com a reorganização do pessoal da Central, quais foram os outros trabalhos que o dr. Simões Lopes lhe designou?

M.S. — Depois do trabalho da Central, não obstante haver representantes das outras repartições, recebi a incumbência da revisão, de um modo geral, do problema do Ministério da Viação. Em consequência disto, ao ser criado o Conselho Federal de Serviço Público Civil, eu fui um dos cinco escolhidos — porque deveria haver um do Ministério da Viação, que era o que tinha maior número de funcionários.

C.G. — Um do Ministério da Viação e um de cada outro ministério?

M.S. — Um de cada ministério que tivesse predominância. Havia um da Viação, um da Fazenda...

C.G. — Havia um da Agricultura?

M.S. — Não. Um da Fazenda, um da Educação e Saúde, que era muito grande...

C.G. — Dos ministérios militares, havia algum?

M.S. — Não. O trabalho não alcançava os ministérios militares, só a parte civil.

C.G. — Dr. Mário, que idéias o senhor defendeu pessoalmente dentro da Comissão de Reajustamento? Quais dos princípios que regem a organização do setor público que o senhor defendeu pessoalmente?

M.S. — Os princípios fundamentais foram a criação de carreiras profissionais, o sistema do mérito e o concurso para admissão no início de cada carreira.

C.G. — O senhor estava de acordo com os resultados da Comissão?

M.S. — Senão eu sairia de lá. [risos]

C.G. — A comissão trabalhou em concordância ou houve muitos choques, muita divergência para a produção dessas normas?

M.S. — Não. A comissão, em si, trabalhou em absoluta harmonia e homogeneidade. Não houve choques.

M.Q. — O senhor se lembra quais eram os membros dessa comissão?

M.S. — Dezenas. [risos]

M.Q. — Mas o senhor poderia nomear aqueles que o senhor considera os mais importantes?

M.S. — O mais importante, Luís Simões Lopes, evidente, que era o presidente, e Moacir Ribeiro Briggs, que era o substituto dele. Os outros atuavam sob esta direção.

M.Q. — Agora, gostaríamos de saber quais foram os membros dessas comissões que integraram as primeiras diretorias do DASP? Houve uma continuidade entre as pessoas que fizeram parte dessa comissão e os primeiros escalões do DASP?

M.S. — Não. Em primeiro lugar, dessa comissão saíram elementos para o Conselho Federal de Serviço Público, que antecedeu o DASP. E os membros dessa comissão que saíram para o Conselho Federal foram Moacir Ribeiro Briggs e o seu entrevistado. [risos] Agora, do Conselho Federal para diretorias do DASP, novamente Moacir Briggs e o entrevistado. [risos]

C.G. — Dr. Mário, o senhor disse que a comissão trabalhava em perfeita harmonia. Mas, sabe-se que, na implantação desse sistema de controle sobre o funcionalismo público, algumas reações se levantaram. O serviço público não gostou muito dos novos controles que o DASP passaria a exercer sobre eles.

M.S. — Exato.

C.G. — O senhor poderia remontar para a gente algumas des-

sas reações, as mais significativas?

M.S. — As reações eram consequência da tradição enraizada nas repartições. Mas, na quase totalidade dos casos, com o trabalho de esclarecimento, de persuasão junto aos ministros, foi possível harmonizar tudo. Não por baixo, mas por cima. [risos]

M.Q. — Aproveitando a oportunidade, embora o senhor esteja falando de ministério, a gente vai falar de um órgão que foi criado fora dessa estrutura de ministérios, diretamente vinculado à presidência da República, e que parece que teve alguns problemas, com relação ao DASP, que foi o CNP. Acho que a Cláudia gostaria de perguntar mais diretamente sobre as relações entre o DASP e o CNP.

C.G. — A coisa geral e a coisa particular.

M.S. — O DASP, como o CNP, eram órgãos diretamente subordinados ao presidente da República, em igualdade de nível. Portanto, não havia atritos, não havia choques, já que a ação do DASP em relação não só ao CNP como a todos os demais órgãos diretamente subordinados ao presidente da República era apenas normativa e na parte de pessoal e material. É preciso não confundir a ação do DASP em relação ao CNP com a ação do Plano Salte em relação ao CNP. Este é que é o ponto fundamental.

C.G. — Mas a dotação orçamentária do CNP passava pelo DASP.

M.S. — Ah, passava.

C.G. — Mas havia algumas queixas no CNP, que preferia maior autonomia na utilização das verbas, achava que o DASP entravava.

M.S. — Quem elabora o orçamento é sempre vítima dessa crí

tica, [risos] porque o dinheiro não chega para tudo o que todos querem. O cobertor é curto, entendeu? Aí, sim, não só o CNP como todo o resto do serviço público de um modo geral se queixavam do DASP na parte de orçamento, não na de ação administrativa ou técnica, ou o que fosse.

C.G. — Mas eu queria voltar um pouco atrás, sobre uma questão que nós deixamos escapar: a monografia que o senhor apresentou ao Clube de Engenharia, e que se refere a um projeto estatal do petróleo.

M.S. — Bom, naquela nota eu digo que apresentei ao Clube de Engenharia uma monografia sobre a navegação no rio Doce.

C.G. — Também.

M.S. — É uma monografia eminentemente técnica e, permitam que diga, revolucionária, porque os rios no Brasil sempre foram abandonados. Eu, então, fiz um estudo minucioso, com eclusas para vencer as cachoeiras, para exportar o minério por via navegável.

M.Q. — Agora, o interessante é que essa alternativa é antiga, mas nunca foi realmente adotada, não é?

M.S. — Não.

M.Q. — Acabavam optando sempre pela ferrovia, ou então, mais tarde, pela rodovia, deixando essa alternativa de lado.

M.S. — Mas isso dependendo da natureza da mercadoria a ser transportada. Para grandes distâncias, onde é possível a navegação, a navegação é o meio mais econômico para mercadoria pesada. Nós vemos que a grandeza do vale do Ruhr vem da navegação interna.

M.Q. — Essa questão do vale do rio Doce está relacionada

com a questão dos minérios, não é?

M.S. — Era exatamente para a exportação de minério. Mas hoje em dia eles resolveram bem com a ferrovia, porque há métodos muito mais modernos que permitem trens imensos, com tração múltipla, diversas locomotivas com um comando único, tornando econômico o transporte pela ferrovia, compreende?

M.Q. — Havia no vale do rio Doce uma antiga ferrovia que era ligada ao Farquhar, e à concessão que ele obteve da Itabira parece que tinha só um... deveria ser duplicada, mas não foi. Há uma discussão muito grande em torno dessa ferrovia, se ela ia ser do governo, se ia ser...

M.S. — Em relação a minério houve discussões e correntes em choque, como as que depois se criaram sobre o petróleo. Havia até quem defendesse não exportar minério, para o dia em que precisássemos de minério, não faltar. Era uma discussão um tanto sem fundamento, porque ninguém tinha idéia exata das nossas disponibilidades em minério.

C.G. — Agora, quando o senhor escreveu essa monografia, sua proposta de navegação, de escoamento da produção pelo rio era mais econômica do que a utilização da ferrovia.

M.S. — Ah, muito mais.

C.G. — Apesar disso, ela não foi considerada. E a outra monografia que o senhor apresentou?

M.S. — A outra, por um lapso de redação, não foi uma monografia, foi uma exposição aditiva à que eu fiz na Câmara dos Deputados. Nessa exposição, realmente, eu procurei dar aos colegas engenheiros um conhecimento e um debate detalhado do que tinha sido feito na Câmara.

C.G. — Foi em 1952?

M.S. — Sim, em 1952. Quer dizer, a data lá é 1952.

M.Q. — Mas, dr. Mário, voltando ainda à questão dos minérios, nesse período são criadas várias comissões ligadas ao Exército para estudar a questão da siderurgia, para estudar a renovação ou não do contrato da Itabira Iron, não é?

M.S. — Exato.

M.Q. — Essa palestra que o senhor fez, esse seu trabalho, por que que ele não foi levado em conta, como foram, por exemplo, os trabalhos de outros elementos - como o engenheiro, naquela época me parece que era capitão, Edmundo Macedo Soares -, que fizeram vários trabalhos e participaram dessas comissões? Por que o seu trabalho - que é um trabalho importante - sobre minérios não foi ouvido ou considerado? A quem o senhor atribui?

M.S. — Aí é difícil eu lhe responder.

M.Q. — Porque pessoas, técnicos que pudessem falar sobre esse assunto naquele momento eram realmente poucos, não é?

M.S. — Eram. Mas há uma coisa fundamental nisso tudo: havia uma aversão à navegação interior - agora, recentemente, trataram disso em São Paulo navegando o rio Tietê. Ou o rio era navegável in natura, ou não se cogitava do assunto. Houve casos até de ser construída uma estrada de ferro para contornar uma cachoeira. De modo que a sua pergunta tem muito fundamento, mas é uma questão de psicologia da nossa gente.

[FINAL DA FITA 1-A]

M.Q. — Dr. Mário, vamos tratar da sua monografia específica sobre petróleo...

C.G. — ...Que só foi apresentada em 1952.

M.Q. — O senhor apresentou um projeto estatal, de exploração do petróleo através do Estado? Sua proposta era essa?

M.S. — Sempre fui e continuarei a ser favorável ao monopólio estatal. Toda a minha posição em relação ao assunto está sintetizada, esclarecida no meu depoimento na Câmara, assim como toda posição política e técnica do presidente Dutra em relação ao petróleo está nessa carta que eu lhes dei para copiar. Evidentemente, para se atingir esses objetivos, há variações ao longo do tempo; mas a filosofia básica é essa.

C.G. — Mas, dr. Mário, na virada dos anos 40, essa alternativa estatal já estava clara para o senhor? Porque naquele momento a discussão na questão do petróleo era mais uma discussão em torno do nacionalismo, se seriam as companhias internacionais ou as companhias nacionais...

C.G. — Não se haviam clareado ainda as posições em torno da presença estatal na exploração do petróleo.

M.S. — Exato.

C.G. — Mas o senhor já tinha uma posição marcada quanto à presença do Estado?

M.S. — Tinha, sempre tive essa posição definida. Apenas não queria prejudicar o assunto enquanto não tivesse a segurança da exeqüibilidade com os meios de que nós dispúnhamos na época. Todo o êxito da solução estatal, todo o êxito da existência da Petrobrás repousa na execução que nós fizemos. Enquanto nós não fizéssemos uma coisa substancial no assunto, seríamos apenas uns idealistas, como

eram idealistas os chamados entreguistas. Eles não eram contra a nação brasileira; eram pela execução de uma solução e estavam convencidos de que não havia outra. Os próprios órgãos oficiais na época, o Ministério da Fazenda e, digam que não, o Conselho do Petróleo não acreditavam na solução estatal. O general João Carlos Barreto me disse muito claramente: "Está tudo muito bonito, mas se não houver capital suficiente, capital para grandes lances, nós nunca teremos uma solução."

É preciso nesse ponto não esquecer a história internacional, a origem da solução do problema do petróleo nos outros países. Rockefeller fez fortuna refinando o petróleo que os outros extraíam com risco, e transportando e comercializando através de acordos secretos com as estradas de ferro, - porque naquele tempo não havia oleoduto. Daí nós termos insistido e feito a compra de refinaria, porque era preciso refinar para ter dinheiro bastante e barato, e transportar, oleoduto e navios petroleiros, como base para investir na pesquisa. Pode parecer que no primeiro lance nós deixamos de lado a pesquisa. Não. Deixamos algum dinheiro para pesquisa; mas o dinheiro para pesquisa era tão vultoso, na época, que era preciso criar uma fonte própria para isto. É por isso que a solução do petróleo tem que ser sempre integral; sem a integração das atividades, não se realiza. A Petrobrás não faria esses investimentos se ela não dispusesse do refino e do transporte.

M.Q. - Dr. Mário, o senhor falou do CNP sob a gestão do dr. João Carlos Barreto, mas não falou na gestão do Horta Barbosa, que foi a que começou o CNP, e que tinha uma posição...

M.S. — ...Bem-definida em relação...

M.Q. — ...bem-definida em relação a isso, embora a gente não saiba muito bem como ele se colocava. Sim, ele achava que se deveria partir para o refino, mas ele não tinha uma posição muito definida em relação à participação do capital nacional, me parece, fica meio dúbio na bibliografia que a gente pegou, se colocaria só o capital estatal, ou se entraria também o capital privado nacional. O senhor se lembra desse período?

M.S. — Eu me lembro, lembro. O problema era o seguinte: na gestão dele a solução estava tão remota que os princípios que ele defendia eram os mais sadios, mas ele não fechava a porta para uma eventual participação, compreende? Não se podia ter uma atitude definitiva antes de fazer alguma coisa. Nós tínhamos que mostrar que podíamos fazer. A grande contribuição do Plano Salte foi essa: ter feito. E justamente na época em que a opinião pública e a oficial se dividiam em dois grandes grupos: os chamados entreguistas, e "O petróleo é nosso". Mas o petróleo só se tornou nosso depois que fizemos esses trabalhos. Porque a atitude das cinco irmãs era sempre muito clara: elas deixavam brigar, fomentavam a briga e, quando a espiral inflacionária nos países do Terceiro Mundo tornava a situação insustentável, elas compareciam com sua solução. Nunca faziam acordo, sempre ditavam as regras, compreende? Eram tão intransigentes que não admitiam que se comercializasse o petróleo que era retirado sem ser por intermédio delas. A Venezuela tinha os royalties e não podia vender. Por quê? Não tinha navios petroleiros, não tinha mercado. Daí termos imaginado inicialmente o suprimento pela Venezuela. Eu tratei, por intermédio do adido militar da Ve-

nezuela, a troca do petróleo, dos royalties, por produtos brasileiros que ainda não fossem comercializados lá, para não diminuir nossa correte de transporte. Mas, para isso, era preciso ir buscar. Daí a frota de petroleiros ter sido calculada em tonelagem para trazer o bruto da Venezuela e distribuir os derivados com os pequenos navios de cabotagem. Era um sistema, uma solução integrada.

M.Q. — Mas voltando ainda ao Horta Barbosa e à saída do Horta Barbosa, o senhor deve se lembrar que ele saiu em 1943, mais ou menos, e parece que saiu exatamente por não ter conseguido realizar a construção de uma refinaria, não é?

M.S. — Exato.

M.Q. — O senhor atribui a saída dele a quê? Quais eram as dificuldades, que interesses estavam em jogo?

M.S. — Eu acredito na sinceridade do Horta Barbosa, na pureza de ação dele. Mas não houve um equacionamento adequado para a solução, compreende? O Conselho do Petróleo nunca conseguiu equacionar sua solução.

C.G. — Essa solução era frágil, por quê? Por questões de financiamento, como o senhor já apontou?

M.S. — Isso, principalmente por questões de financiamento. Porque para o financiamento, precisava-se de duas coisas: primeiro, a moeda nacional para cobertura, e segundo, uma disponibilidade cambial para aquisição com essa moeda.

M.Q. — Bom, foi nesse período, nesse momento em que está ocorrendo a Segunda Guerra Mundial, 1943 - em 1942 o Brasil entrou na guerra -, que se conseguiu dinheiro nos Estados Unidos para financiar a siderurgia. Por que que não

se negociou também refinarias? Uma refinaria, pelo menos?

M.S. — Porque a siderurgia estava repousando num problema político internacional de fácil solução. E a siderurgia foi negociada praticamente a troco da remessa de nossa Força Expedicionária, entendeu? Os grandes ases da nossa economia achavam uma loucura o Brasil ter siderurgia. Achavam que o Brasil devia ser um país agrícola, tendo apenas indústrias têxteis — não aceitavam outro tipo de indústria. Sem referência, sem crítica a quem quer que seja, é um ponto de vista... Citavam como exemplo a Nova Zelândia, que agia assim e era rica. Mas o Brasil hoje é a oitava ou nona potência no mundo ocidental.

C.G. — Potência industrial.

M.S. — E até a virada do século será uma das principais, se houver um pouco de juízo. [risos]

C.G. — Dr. Mário, eu gostaria de voltar a uma questão na qual o senhor tem uma importância decisiva no país, que é na formação dos aparelhos de Estado. Eu queria que o senhor recompusesse para a gente a sua passagem pela diretoria do DASP: a Lei de Consignação em Folhas de Pagamento, por exemplo, que passou sob sua gestão.

M.S. — Não havia programa algum, para a aplicação de nossas reservas acumuladas durante a guerra. Esse foi o principal problema. Essas reservas eram aplicadas de acordo com as solicitações que eram feitas. Daí falar-se muito naquela época na queima de divisas. Diziam até: "Nossas reservas estão se esgotando com matérias plásticas." Mas não era possível negar créditos para pedidos formalmente certos. Não havia uma escala de prioridades, esse era o problema. Tudo num país em desenvolvimento é necessário, e o

homem de Estado se revela na fixação das prioridades. Mesmo tomando empréstimos. Isto não é condenável, se for para recuperação, dentro de determinada faixa. Ora, nós tínhamos ainda sem programa uns remanescentes dessas reservas. Daí o Plano Salte. Elaboramos um plano que, além da parte interna, tinha o objetivo de recuperar uma parte das divisas que foi investida em petróleo. De modo que nós começamos a solução estatal - que estava programada para ser continuada, inclusive com as pesquisas, como eu mostrei no meu depoimento - e os fatos correram tão bem que recebemos a oferta do banco Paris Pays-Bas para financiar uma outra refinaria. E essa, sim, não foi adquirida porque o governo Dutra estava no fim e não queria contrair dívidas para o sucessor.

C.G. - Na verdade o Plano Salte culminou toda esta sua atuação dentro do Estado nacional, de organização, de montagem de uma estrutura de planejamento. Mas antes disso o senhor teve outras colaborações também muito importantes, a montagem dos serviços de pessoal, a Lei de Consignações em Folha de Pagamento, a reforma do cruzeiro... Eu queria que o senhor nos falasse disso tudo.

M.S. - A Lei de Consignações, nós elaboramos baseados na nossa experiência de administração de pessoal na Central do Brasil. Nessa ocasião, constatamos que os funcionários da Central eram extorquidos pelas chamadas caixas de auxílios mútuos caixa - caixa disso e daquilo, que na realidade eram feitas para extorquir dinheiro. Naquele tempo, não havendo mecanização, as folhas de pagamento eram de elaboração manual, e em colunas distintas tinha os descontos. A coisa era tão grave, os descontos dos funcionários em consequência dessas consignações em folha eram de tal

natureza que os funcionários que trabalhavam nisso, mancomunados com as caixinhas, dividiam um mês para este grupo, um mês para aquele e tudo o mais, senão os vencimentos dos funcionários não dariam para a totalidade dos débitos. Então fizemos a Lei de Consignações, restringindo as operações à Caixa Econômica, ao IPASE e... - não me ocorre o terceiro, eram três órgãos oficiais -, que só podiam descontar dentro da percentagem indicada pela lei. De modo que, na realidade, o funcionalismo ficou livre daquelas operações malfeitas.

C.G. - Isso foi uniformizado para todo o serviço público?

M.S. - Para todo o serviço público.

C.G. - Alcançou também o serviço público dos estados?

M.S. - Não, nós não tínhamos atuação nenhuma sobre estados, e já era muito o que nós tínhamos. [risos]

M.Q. - E em relação à reforma do cruzeiro?

M.S. - Aí foi mais a criação do cruzeiro. Foi o seguinte: diante de uma inflação tremenda, como é periódica no Brasil, [risos] o mil-réis ficou inteiramente desvalorizado, e precisávamos ter uma unidade nova. Fizemos então o cruzeiro - isso no DASP, foi para o Ministério da Fazenda e foi adotado.

C.G. - Foi um projeto elaborado pelo senhor?

M.S. - Foi, como diretor de... [risos]

C.G. - Nesse tempo, no DASP, também passaram as delegações de controle das autarquias. Como era a situação anterior em relação às autarquias? Elas tinham autonomia completa, escapavam ao controle orçamentário?

M.S. - Completa.

C.G. — E administrativa?

M.S. — Não havia o menor controle. Aliás, foi o dr. Luís Simões Lopes que, como oficial-de-gabinete do presidente Vargas, tendo que opinar sobre o regulamento da administração do Porto do Rio de Janeiro, pediu minha opinião. Eu disse: "O regulamento não tem nada de especial, mas tem de ausente o que todos os outros têm: não há controle. E controle só é efetivo quando acompanha pari passu a execução. A posteriori, com feitiço brasileiro, em tudo passa-se a esponja." [risos] De forma que foi aí que eu sugeri a ele criar uma delegação de controle constituída de um membro do Tribunal de Contas, um do órgão controlador da autarquia e o outro, creio que da Contadoria da República. Assim, eles, examinando cada despesa no momento em que era efetuada, poderiam controlar bem.

C.G. — Essas comissões tinham poder de decisão sobre as dotações orçamentárias dessas autarquias?

M.S. — Tinham, sim. A delegação de controle tinha o poder para rejeitar in loco a despesa. Quando elas não aprovavam, tinha que haver recurso superior. Aí era mais difícil.

C.G. — Quando elas não aprovavam, o dinheiro não era liberado pelo DASP. Então, na verdade, isso funcionava como um controle prévio, pelo menos para a liberação inicial.

M.S. — Exatamente, e não a posteriori. Não acredito em controle a posteriori e punição.

C.G. — Essas medidas devem ter levantado protestos violentos. Foram difíceis de contornar, esses protestos? Também foram contornados por cima, como o senhor diz?

M.S. — Não, aí era diferente. Nesse período, o regime era

de decreto-lei. É muito diferente administrar com decreto-lei e administrar pelo regime aberto, em que todos falam, todos criticam, não é?

M.Q. — Acho que a gente poderia tratar um pouquinho da sua ida para a diretoria geral do DASP.

M.S. — Foi no governo Dutra.

M.Q. — Exatamente. Nós queríamos saber como se deu a sua nomeação para a diretoria.

M.S. — Foi o seguinte: em primeiro lugar, o governo Dutra me nomeou diretor de divisão do DASP. E quando o diretor-geral, que era o dr. Abílio Baltar, resolveu se aposentar, o presidente Dutra escolheu-me entre os diretores da época para diretor-geral.

M.Q. — Nas nossas conversas prévias, o senhor mostrou que conhecia o general Dutra com uma certa proximidade. De onde veio esse seu conhecimento com ele? De que época?

M.S. — Do desempenho funcional, exclusivamente. Eu nunca o tinha visto, nunca tinha falado com ele antes - ele era muito fechado, muito difícil. [risos] Foi desempenho funcional.

C.G. — Dr. Mário, o senhor nos falou a respeito de um convite para a assessoria do Legislativo, que aconteceu mais ou menos ao mesmo tempo que a sua nomeação para a direção geral do DASP. Esse convite foi anterior, teve peso na sua nomeação para a diretoria geral, ou já foi consequência?

M.S. — Foi consequência.

C.G. — O senhor foi convidado como diretor-geral do DASP?

M.S. — Como diretor-geral.

C.G. — E como funcionava essa sua assessoria ao Legislativo? O senhor nos falou de um certo receio do presidente nas relações com o Legislativo.

M.S. — O problema veio do seguinte: o presidente da Comissão de Finanças da Câmara era o antigo ministro da Fazenda Sousa Costa, que me conhecia quando ministro, e eu diretor de divisão do DASP, compreende? Abrindo-se o Congresso, ele achou que seria útil ter uma pessoa do DASP que elaborou a proposta orçamentária para prestar os esclarecimentos, então me convidou para assistir à Comissão de Finanças. Em consequência, o presidente da Comissão de Finanças do Senado, senador Ivo de Aquino, fez o mesmo, e eu passei a colaborar com eles.

C.G. — Essa colaboração se estendeu por muito tempo?

M.S. — Por todo o tempo em que eu estive no DASP.

C.G. — E que reações o presidente teve, a essa sua colaboração? Porque havia uma certa incógnita sobre como se processaria a relação da presidência com o novo Congresso Constituinte no novo regime, não é?

M.S. — É.

C.G. — O presidente acolheu bem essa assessoria?

M.S. — Muito bem.

[FINAL DA FITA 1-B]

M.Q. — Com relação a essa assessoria que o senhor deu às comissões de Finanças da Câmara e do Senado, há alguma coisa mais significativa, alguma participação sua que o senhor gostaria de dar relevo, dar destaque nesse período?

M.S. — Estabeleceu-se uma rotina para o estudo de orçamento, e ao longo disto era apenas um diálogo, com sugestões, explicando a razão de ser da proposta e trocando impressões sobre modificações.

C.G. — Nesse momento o Congresso tinha razoável poder sobre as propostas orçamentárias.

M.S. — Tinha.

C.G. — E nesse tempo todo que o senhor esteve à frente do DASP, não houve nenhum problema maior com as propostas?

M.S. — Houve. O Congresso tinha esse poder, mas não usava com exorbitância, era sempre muito moderado, e, nas poucas vezes em que isto aconteceu, havia o poder do veto.

C.G. — As alterações eram geralmente no sentido de ampliar.

M.S. — Ampliar, sempre ampliar.

C.G. — Os cortes eram pouco freqüentes. Por que isso?

M.S. — E depois há o seguinte: é preciso não se assustar com essas ampliações porque o orçamento é uma lei autorizativa, não é impositiva. O fato de estar lá, não significa que vai ser feito. Poderá ser utilizado.

C.G. — Bom, agora nós podemos entrar no item Plano Salte propriamente dito. Como surgiu a idéia de elaboração do Plano Salte? Foi uma proposta que o senhor levou ao presidente ou ele requisitou ao DASP a elaboração desse plano?

M.S. — Os partidos políticos, UDN e PR, queriam fazer parte do governo; então propuseram ao presidente da República fazer parte do governo, desde que houvesse um plano de administração. O presidente os atendeu e deu à UDN o Ministério da Educação e Saúde - dr. Clemente Mariani - e o Ministério das Relações Exteriores - Raul Fernandes -, e

ao PR, o Ministério da Agricultura com... - já vou me lembrar o nome. O presidente ficou de apresentar o plano. Primeiro atribuiu ao ministro da Fazenda, Correia e Castro; Correia e Castro apresentou, disse que o plano dele era aquele discurso de posse. Evidentemente não foi aceito. Então o presidente me chamou e incumbiu-me de elaborar o trabalho. Os trabalhos mais prementes do momento eram: questão de alimentos - havia, como sempre, uma grita ao custo de vida, à assistência aos menos favorecidos; saúde - era preciso incentivar as campanhas de saúde; transportes - havia um desejo de aumentar a rede rodoviária e aparelhar melhor as estradas de ferro; e energia - a energia elétrica de Paulo Afonso e o petróleo, que pouco se falava nele para efeito de programas de trabalho. C.G. - Foi o senhor que sugeriu a inclusão do petróleo entre os itens do plano?

M.S. - Foi.

C.G. - E o presidente acolheu bem a sua sugestão?

M.S. - Exato. O presidente aceitou, mas achou que era difícil.

C.G. - Por quê?

M.S. - Ele disse: "Mas isso é difícil, é tão controvertido..." Eu disse: "O problema vai ser! meu, presidente. Se eu não conseguir, o senhor troca o homem." Daí os temas usados tinha até a... [pausa] Comissão de Compras, a minha representação lá, o presidente, Mário Brandt, representante do PR, e Odilon Braga, relator e presidente da UDN. Aqui nós estamos entregando os três volumes do Plano Salte; depois a notícia de que ele foi aprovado por

eles.*

C.G. — Foi aprovado pela presidência do partido?

M.S. — Pela comissão delegada dos partidos. O relator, eu consegui com jeito que fosse o da UDN, porque era o partido maior depois do partido do governo. E não obstante isso, o Congresso demorou dois anos para dar o parecer favorável.

M.Q. — Então essa era a comissão interpartidária.

M.S. — Interpartidária, exatamente.

C.G. — Agora, há uma relação do Plano Salte com outro organismo, além dessa comissão interpartidária, que é a comissão Abbink.

M.S. — Bom, o que houve foi o seguinte: o plano já estava elaborado quando veio a comissão Abbink, que de início era restrita aos contatos com o Ministério da Fazenda. Mas o presidente Dutra comunicou ao ministro da Fazenda que ele queria que o Plano Salte fizesse parte, porque se a missão ia fazer um estudo de investimento aqui, devia-se tomar por base o Plano Salte compreende?

C.G. — O Plano Salte já fechado, já elaborado.

M.S. — Já elaborado, mas não aprovado pelo Congresso.

C.G. — Mas já aprovado pela comissão interpartidária?

M.S. — Já aprovado pela comissão interpartidária. E assim nós fizemos parte da Missão Abbink.

C.G. — Como a Missão Abbink via o plano? Que avaliação ela fazia?

* O entrevistado folheia recortes de jornais e aponta para uma foto na qual está sendo entregue a comissão interpartidária o Plano Salte.

M.S. — Ela via como uma contribuição, porque supunha que o que ela indicasse é que seria aceito.

M.Q. — Agora, dentro da comissão central havia diversas maneiras de ver a participação do Brasil com os Aliados e a dos Aliados com relação ao Brasil. Inclusive o senhor e o general Anápio Gomes defendiam uma determinada posição específica com relação a essa cooperação entre os Aliados, que parece que era diferente da posição dos outros membros. Será que o senhor poderia falar um pouquinho a respeito disso, estabelecer diferença entre a sua posição e do general Anápio Gomes e a do restante da comissão central? O senhor cita isso no seu depoimento.

M.S. — Não havia propriamente uma divergência. É que eu e o general Anápio Gomes dávamos mais ênfase ao nosso nacionalismo, e os outros, não. [riso]

C.G. — Mas esse nacionalismo está surgindo de uma forma diversa daquela forma que se expressava antes da guerra.

M.S. — Exato.

C.G. — E nesse momento, em meio a uma comissão mista Brasil-Estados Unidos, como era expressar posições nacionalistas? Isso era aceito ou não?

M.S. — É que a Missão Abbink veio aqui para estudar, a pedido do ministro da Fazenda, as condições para investimento. Mas, na realidade, o ministro não queria essa contribuição no investimento; ele queria um empréstimo tout court, nada mais. Daí a missão ter-se tornado inócua, porque não tinha poderes, nem aceitava dar um empréstimo, dar dinheiro para o Brasil.

M.Q. — A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos - a Camebeu - é que mais tarde vai ter essa atribuição de estudar os

planos com os brasileiros, e depois então fornecer financiamento.

M.Q. — A Missão Abbink realmente não teve maior...

M.S. — Não teve êxito, não.

C.G. — Mas nesse momento já vigorava a idéia da América para os americanos. Então a coisa não era muito fácil, porque estava se formando também todo o clima da guerra fria, não é?

M.S. — Havia um embrião, mas isso não tinha, pelo menos na época, maior significação, compreende? Para bom negócio, há sempre dinheiro para ser investido. A questão é que o Brasil não mostrou esses bons negócios. E queria dinheiro.

C.G. — E a missão também tinha uma certa pretensão de sugerir caminhos para a atuação do Estado brasileiro com relação à economia.

M.S. — Exato.

C.G. — Isso não provocava choques?

M.S. — Não.

C.G. — Mas de qualquer forma eram posições de que o senhor divergia.

M.S. — Exato.

C.G. — A missão defendia uma participação menor do Estado na gestão da economia?

M.S. — O que devia ser.

C.G. — O senhor concorda?

M.S. — Conforme os setores, sim. O Estado tem interferência numa série de coisas que não devia ter.

C.G. — A seu ver, naquela época, quais eram esses setores dos quais ele deveria se retirar?

M.S. — Essas estatais de café, do álcool e açúcar, uma série de coisas que não precisam ser estatais. Agora, o que tinha de ser, que era o petróleo, estava periclitando. [risos]

C.G. — Mesmo naquela época o senhor achava que deveriam ser encerrados o IBC e o IAA?

M.S. — Ah, sempre achei isso. [risos]

C.G. — E quais eram as reações a isso. O senhor não foi muito malvisto por essas posições?

M.S. — Isso eu nunca soube, o quanto eu era malvisto. [risos] Sabia que eu era malvisto, quer pelo petróleo, quer por essas estatais.

C.G. — Quer pela presença do Estado, quer pela ausência do Estado. [risos]

M.Q. — Bom, em meio a esse estudo todo, do Plano Salte e da Missão Abbink, surgiu a comissão do Estatuto do Petróleo, não é?

M.S. — Certo.

M.Q. — Como surgiu essa comissão, se já existia dentro do Plano Salte uma proposta de solução para o problema do petróleo? Como foi que aconteceu essa coisa dentro do governo?

C.G. — Além do quê, as pessoas que são chamadas a compor esta comissão de elaboração do Estatuto, têm posições muito diferentes das que o senhor já assumia claramente. O dr. Glycon de Paiva, por exemplo: era muito nítida a sua posição contrária.

M.S. — É, elemento brilhante. Eu devo lhes declarar que nunca tive participação direta ou indireta com a comissão do Estatuto, nunca quis tomar conhecimento do assunto. Não participei de nada do Estatuto, não comentei com quem quer que fosse o assunto...

C.G. — Por que isso? O senhor já estava vendo...?

M.S. — Eu vi aqui a entrevista que eutive com duas pessoas a respeito do Estatuto.

M.Q. — Do Estatuto, não. Foi a respeito de uma palestra que o senhor fez sobre o plano e a proposta de contrato de risco com o Conselho de Segurança Nacional. O senhor mencionou isso na sua exposição à Câmara.

M.S. — É, desculpe.

C.G. — Por que o senhor tomou essa atitude de não se relacionar com o Estatuto? Na verdade, o senhor também estava nesse momento defendendo uma posição a respeito do petróleo..

M.S. — Porque o Plano Salte era inteiramente antagônico ao Estatuto. Eu não podia ser cordial com uma coisa que reagia ao que eu estava fazendo. Tinha que, pelo menos, me abster. Foi o que fiz. Sempre fui contrário ao Estatuto. Mas aqui diz: "Posição pessoal quanto aos membros das comissões responsáveis pelo Estatuto; Gudin e Távora."* Eu não tive posição nenhuma em relação...

C.G. — Nós gostaríamos que o senhor se colocasse agora, que desse a sua avaliação pessoal da atuação dessas pessoas...

* O entrevistado lê o que está escrito no roteiro das entrevistas.

M.S. — Eu sempre fui contra o Estatuto. Conseqüentemente, não posso, como não podia, analisar a posição de certas pessoas sobre aquilo que eu achava que não devia andar. E o presidente Dutra também; ele não queria, não apoiava o Estatuto, mas achou que era seu dever mandar para o Congresso. O Congresso, que representava o povo, que se manifestasse. Mas ele era contra.

C.G. — Agora, há a criação da comissão que elaborou o Estatuto do Petróleo, e depois disso, alguns meses depois, o presidente designou uma comissão de investimentos para fazer, ainda dentro do Executivo, uma avaliação do Estatuto. Por que isso?

M.S. — Bom, ele não podia se abster de um assunto com tanta repercussão. Nomeou a comissão, mas não desejava que a comissão aceitasse aquilo. A posição dele está muito clara nesta carta, que eu tive muito prazer em lhes dar para copiar.

M.Q. — Essa carta é de 19 de janeiro...?

M.S. — É de fevereiro de 1952, e em conseqüência do meu depoimento. Quer dizer, eu, pessoalmente — desculpe dizer eu, mas o meu ponto de vista foi o que eu dei à Câmara: es tá muito detalhado, muito claro e foi muito debatido. E depois o assunto, sobre o petróleo, o ponto de vista do presidente Dutra é esse.

C.G. — Agora, dr. Mário, como era defender essa posição sobre petróleo face à elaboração do Estatuto? O senhor disse que se absteve, mas o senhor era alvo de ataques dentro do Executivo?

M.S. — Aí tínhamos que ver o seguinte: o que seria feito pelo Plano Salte. A sorte do Estatuto seria decidida pelo

plano, como foi. A inércia levaria ao Estatuto ou a outra solução pior. Não podia ficar como estava, compreende? O desenvolvimento do Brasil arrastando um consumo, crescendo numa proporção muito grande,... a espiral inflacionária. Então tinha que haver uma solução. Ou vinha estatuto, ou as cinco irmãs vinham agir aqui. Dos males, o menor.

M.Q. — Nesse momento elas já estavam atuando, já tinham feito seu serviço na parte da Constituição, já tinham colocado lá o artigo que dizia: "... ou empresas organizadas no país".

M.S. — Exato.

C.G. — Além do quê, estavam dentro da comissão do Estatuto, apresentaram anteprojeto na comissão do Estatuto.

M.S. — Exato. Mas, em todo o caso, eu quero reiterar, se me permitem, que eu nunca participei, nem sequer aceitei o projeto do Estatuto. Nunca comentei com ninguém, nunca tive entrevista alguma. Eu quis agir, silenciosamente no Plano Salte; achava que era a melhor reação, e tivemos o resultado que as senhoras conhecem. Não sei se acham que foi uma contribuição substancial ou não. Mas foi, a julgar pelo que disse a Câmara, pelo que atribuiu ao deputado Bilac Pinto - a prova aprovada de que aquilo foi a solução.

C.G. — Dr. Mário, o senhor ficou em silêncio ou agiu em silêncio? [risos] O senhor conversou com deputados, fez um trabalho dentro do Congresso pelo Plano Salte?

M.S. — Fiz.

C.G. — Conta para a gente como foi.

M.Q. — Isso aí é o destaque, não é?

M.S. — Exatamente. O destaque, eu creio que lhes dei o jornal que diz: "Levei em mãos ao presidente da Câmara"... - porque o plano em si reunia um grande número de interesses, o petróleo reunia mais ainda, mas eles não acreditavam. De modo que trabalhei, consegui o destaque. Fomos inicialmente para a França, porque a minha grande preocupação era a refinaria. Negocieiei com a Fives Lille, que me provou a sua idoneidade. Ela fez a oferta, mas os industriais franceses fizeram, em particular a Fives Lille, uma ponderação, que eu não estava usando apenas as cambiais congeladas na França. A França, para fornecer a refinaria naqueles termos, precisava desembolsar dólar para os royalties de muita coisa que a refinaria... E ela disse: "Ora, nós vamos desembolsar dólares, que nos fazem muita falta, quando podemos compor essa dívida apenas com franco compensado?" Então pediram uma compensação: queriam vender as 200 locomotivas previstas no Plano Salte. Eu disse: "Não, isso eu não faço. Faço uma coisa diferente; posso lhes dar uma parte, sempre menos da metade, para justificativa." É por isso que no destaque eu incluí 90 locomotivas, porque já havia negociação prévia.

M.Q. — Essa sua viagem foi anterior ao momento em que o destaque foi pedido?

M.S. — Exato.

M.Q. — O senhor preparou tudo.

M.S. — Preparei tudo. Preparei tudo muito calado [risos] e, antes que me jogassem no chão, fiz o destaque. Agora, nesse destaque, eu considerava essencial os petroleiros para garantir o funcionamento da refinaria: precisávamos de 220 mil toneladas de navios para isto. E o dinheiro do

destaque não chegava. Mas, com a nossa missão em Estocolmo - escolhemos Estocolmo porque era o centro geográfico dos estaleiros na Europa, e com isso evitávamos os intermediários aqui, entendeu? Compramos...

C.G. - Esses intermediários aqui eram escritórios de representação das próprias empresas?

M.S. - Exato. Encarecem o preço. E o edital de concorrência dizia muito claro: "sem comissões", sem nada. Bom, mas a questão é que eu inovei uma coisa na compra; cada um deu seu preço, eu tomei esses preços como teto e impus um preço muito abaixo. Só comprei por um preço muito abaixo. Essa economia deu para comprar mais dois navios e completar aquilo que tínhamos previsto.

C.G. - Como isso foi possível, dr. Mário? Os preços estavam muito acima do mercado?

M.S. - O mercado estava para o comprador, compreende? Eles não acreditavam que eu fizesse isso. Achavam que, sendo concorrência, dando o preço, estava acabado. Eu disse: "Olhem, estou na legação do Brasil, mas não tenho nada com as leis brasileiras aqui; tenho com as leis do Plano Salte. Não pago mais do que isso." E compramos mais dois navios. Eu tenho umas entrevistas dizendo isso, depois eu lhes dou. [pausa] E assim nós fizemos. Quando começaram as dificuldades para aplicação dos nossos recursos financeiros, pedi demissão.

[FINAL DA FITA 2-A]

M.Q. - Dr. Mário, o senhor estava falando que pediu demissão do DASP.

M.S. — Do DASP e das comissões do Plano Salte. Pedi demissão de tudo. Ia voltar para casa.

M.Q. — O senhor poderia explicar mais um pouquinho os motivos dessa sua demissão?

C.G. — Houve algum episódio específico que o levasse a isso, ou foi só o acúmulo de razões?

M.S. — Não, é que eu achei o seguinte: o governo precisava ter unidade do ponto de vista do assunto. Se o Ministério da Fazenda atrapalhava, achava [inaudível] o Conselho do Petróleo era assistente simpático, esperava a solução para se definir - depois alguns foram para a Petrobrás, mas não acreditavam: "Aquilo é maluquice do Mário e tal, não se liga". E eu gostava que pensassem assim, porque eu ia trabalhando. [risos]

M.Q. — Boa política essa. [risos]

M.S. — É. Quando a coisa chegou a um determinado ponto em que eu sentia que as minhas negociações estavam seguras, que era possível fazer, pedi demissão. O trabalho estava feito. Dei ao presidente e disse: "Olhe aqui, está tudo feito, mas são contra, eu quero ir embora." Ele respondeu naqueles termos muito generosos, excessivos até para um presidente da República. E com isso, as senhoras têm aí, penso eu, o histórico da luta e o resultado.

M.Q. — Bom, mas a gente sabe muito bem que a sua demissão não foi aceita, e quem saiu foi o ministro da Fazenda. Então o senhor recebeu carta branca, isso foi realmente um aval estupendo, e o senhor foi tocar os seus planos para frente, não é verdade?

M.S. — Bom, a saída do ministro da Fazenda não alterou muito porque ele não ajudava. Mas o presidente da República

aprovava o que nós fazíamos, compreende?

C.G. — Ele não ajudava... mas não atrapalhava também?

M.S. — Nós contornávamos. [risos]

C.G. — O que ele fazia contra a implementação do plano?

M.S. — O ministro da Fazenda no Brasil é uma potência; basta o fato de se saber publicamente que ele é contra uma coisa, que ninguém tem coragem de agir. Esse é que é o problema. De modo que era preciso uma demonstração de que o presidente da República, que está acima do ministro, queria. E foi isso que nós conseguimos.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

2ª Entrevista: 29.09.1987

C.G. — Dr. Mário, na última entrevista nós interrompemos onde estávamos discutindo a necessidade de defesa, pelo senhor, das idéias sobre o petróleo sustentadas pelo Plano Salte contra algumas outras posições que estavam sendo expressas dentro do governo Dutra, principalmente pela comissão que elaborava o Estatuto do Petróleo, posições essas que são reproduzidas, também, pelo relatório final da Missão Abbink. O senhor poderia retomar daí contando como foi essa sua luta dentro do governo para fazer prevalecer a posição do Plano Salte?

M.S. — Essa luta foi muito complexa e variada, dependendo do setor que abordava o problema. Mas, desde que elaboramos o Plano Salte, ficou claro que seria possível a solução desejada. E nós mesmos, eu próprio mudei de atitude em relação a certos pontos. Por exemplo: pesquisa e lavra não foram deixados de lado pelo Plano Salte, apenas

não tiveram a primeira prioridade, dada a limitação de recursos, de vez que, no mundo inteiro, o refino, transporte e distribuição é que são as fontes de receita. A pesquisa e lavra são os elementos em que se investe para o futuro. Nós não podíamos investir inicialmente em pesquisa e lavra quantias substanciais que viessem a prejudicar o refino, transporte e comercialização. De forma que, quando de uma feita eu falei que os contratos de risco seriam uma colaboração preciosa, é porque na época não havia nada e não era possível nada. Dentro do nada, nós conseguiríamos uma parcela difícil, até que, com o estudo mais aprofundado de que resultou o Plano Salte, chegamos à conclusão de que era possível abordar as partes que dariam receita pronta e evitar os contratos de risco, que nunca foram de nossa simpatia, mas sim da necessidade da época. A senhora perguntou mais uma coisa, não é?

C.G. — Eu perguntei sobre as oposições que a comissão do Estatuto colocava ao Plano Salte e sobre o relatório final da Missão Abbink. Nesse relatório, eles fazem inclusive uma defesa da utilização do álcool como fonte energética alternativa para os veículos automotores. Como o senhor vê essa posição?

M.S. — Eu vejo o seguinte em relação, à atitude da Missão Abbink, da qual eu fiz parte: o que houve é que eles, através de seus técnicos, fizeram estudos sobre os nossos problemas para ajudar os investimentos. Eles não tinham, conseqüentemente, uma posição definida em relação a esses aspectos; eles tinham estudos e conclusões desses estudos. Daí o relatório da missão, por parte dos americanos, não ser uma peça conclusiva, mas sim uma contribuição para esses problemas. Tanto mais que seria dessa opinião deles

que possivelmente sairia um financiamento, que não houve.

Quanto ao Estatuto do Petróleo, é o seguinte: devo confessar que, durante todo o tempo em que participei de programas de petróleo, nunca tive qualquer participação direta ou indireta com os estudos do Estatuto. E, uma vez feitos, confesso que fui visceralmente contrário. Visceralmente. Basta ver que a filosofia dele se choca com a do Plano Salte, com o que foi feito. Aí não é uma questão de evolução, como foi no caso de contrato de risco; é uma questão de filosofia básica. Nós não precisávamos daquele Estatuto, mas foi apresentado quase que como solução para um desespero. E por isso o presidente Dutra nunca endossou esses estudos; encaminhou ao Congresso para que o Congresso estudasse e adotasse a melhor solução. Ele nem sequer sugeriu.

C.G. — E partiu dele a atitude de retirar o Estatuto do Congresso, não foi mesmo?

M.S. — Eu acho que isso foi... O problema era muito complexo. Ele mandou o que propuseram a ele, como eu disse, mandou para estudo, porque ele não tinha outra solução. A solução dele era o Plano Salte, depois de elaborado, evidentemente. Antes não era possível ele adotar uma coisa que estava só na nossa cabeça. A minha modesta posição e atuação estão descritas minuciosamente no meu depoimento na Câmara dos Deputados, e a posição do marechal Dutra, na carta que ele nos enviou, de que eu lhes forneci o original para cópia. Ali está detalhada toda a posição dele, inclusive em relação ao Estatuto.

C.G. — Mas, dr. Mário, essa luta foi longa, foi difícil, não é?

M.S. — Muito. E cheia de subterfúgios para alcançar.

C.G. — Inclusive no âmbito da Missão Abbink, da qual o senhor fazia parte, as posições sobre petróleo tendiam antes às posições defendidas pelo Estatuto do que às posições do Plano Salte, não é? Eram posições que marcavam, defendiam a idéia da impossibilidade de financiamento de uma solução nacional de petróleo — esta conclusão da Missão Abbink —, o que era frontalmente oposto ao que o senhor vinha defendendo no Plano Salte.

M.S. — É. Por isso, infelizmente, eu até nunca fui muito assíduo às reuniões da Missão Abbink — por discordar da filosofia que ela encerrava. Mas o presidente Dutra mandou ao ministro da Fazenda uma carta recomendando que a Missão Abbink tivesse em conta o Plano Salte, que se houvesse possibilidade de recursos, fosse para acelerar as soluções, e nunca mudar a orientação. Mas isso não só não foi atendido, como o próprio trabalho da missão não deu solução favorável, não é? [risos]

C.G. — É. O senhor acabou de dizer que escolheu não lutar dentro da própria missão.

M.S. — Exato.

C.G. — A impressão é que o senhor deslocou a sua arena de luta para o Congresso, não é isso? Então, da comissão interpartidária, o senhor saiu para aquela viagem à Europa. É isso que eu gostaria que o senhor nos contasse.

M.S. — Exato. O parecer prévio da comissão interpartidária — que tinha como relator o dr. Odilon Braga, que não era deputado nesse tempo, mas era o presidente da UDN, por isso é que ele funcionou como relator — aprovando unanimemente o Plano Salte nos levou a esperança de que tivésse-

mos uma solução com a tramitação normal. Mas, infelizmente, uma parte do plano ficou muito controvertida pelo choque de interesses - era a parte de alimentos. Devido a toda a parte agrícola, os silos, aquilo tudo, houve debates infundáveis. O presidente Dutra por duas vezes ameaçou a UDN de cancelar o acordo interpartidário e dispensar os ministros do partido, caso o processo não tivesse mais celeridade. E um deles ia freqüentemente ao Congresso ativar. Mas, não obstante essas dificuldades, seguimos para a Europa para negociar a solução, em particular, do petróleo, ou seja, refinaria, petroleiros, ficou tudo entabulado.

M.Q. - Só para organizar nossa exposição, nessa época que a comissão interpartidária aprovou, o senhor já tinha ido à Europa uma vez?

M.S. - Já.

M.Q. - Esse é que é o dado importante. Então conta como foi esse primeiro momento de negociações.

M.S. - O primeiro momento de negociação nasceu do desejo que eu tinha de provar a exeqüibilidade do plano; não queria expor o plano no Congresso sem ter alguma coisa concreta, porque a descrença era geral. Então, eu fui à Europa. Por que a Europa? Porque lá nós possuíamos as divisas congeladas durante a guerra e não teríamos as dificuldades que seria natural esperar dos Estados Unidos. Nós fomos sem contato formal de governo a governo para ser mais sigiloso, e porque o ministro do Exterior da época era extraordinariamente entreguista. [risos] Não acreditava em nada.

C.G. - Mas o senhor foi com credencial de negociador do Es-

tado brasileiro?

M.S. — Eles sabiam, não precisava credencial. Eles, lá fora, sabem mais dos nossos detalhes do que a maioria de nós. É como os credores de dívida: eles sabem tudo direitinho. De modo que eu fui. Cheguei lá, por uma questão de cordialidade, procurei o embaixador — uma visita de cortesia — e disse o que eu estava pensando. Ele chamou o conselheiro da embaixada, muito formal, e disse: "Esse país está destruído pela guerra. Não vale a pena o senhor perder tempo." E ofereceu uns programas sociais, muito simpáticos, que eu declinei. Então, fiz o contato direto com o grupo Fives Lille — Schneider, que era o maior, pois eu tinha as credenciais deles — que eu lhes dei para cópia — pelas refinarias, grandes refinarias que eles já tinham executado. Além disso, quis e fui visitar as usinas, porque como antigo engenheiro ferroviário e de oficinas e antigo fiscal do governo brasileiro para assuntos desse gênero, eu tinha o dever de conhecer, poder avaliar...

M.Q. — O senhor já tinha mais ou menos uma idéia de que tipo de refinaria o senhor gostaria de comprar?

M.S. — Já. Já tinha idéia, porque eu queria o mais moderno que havia na época. E esse mais moderno, eles fariam, fabricariam, mas não poderiam prescindir de determinados equipos pagando royalties aos Estados Unidos. Aí começou um problema novo: como o nosso crédito era em francos com pensados, eles não queriam — até certo ponto justamente — desembolsar dólar vivo num momento de crise para pagar os americanos. Houve uma grande disputa e eles então propuseram fornecer as 200 locomotivas previstas no Plano Salte. Porque com isso teriam meio, recurso vivo para en-

frentar o problema.

C.G. — O pagamento dos royalties?

M.S. — É. Eu não aceitei, achei muito alto o preço. Então, depois de grandes debates, ficou fixado em 90, em vez de 200 locomotivas.

M.Q. — Dr. Mário, desculpe interrompê-lo mais uma vez, mas eu gostaria de saber se o senhor já tinha um pouco mais de detalhes técnicos sobre essa refinaria. Ela deveria produzir vários subprodutos, já tinha isso mais ou menos previsto? Porque era uma refinaria que ia ficar na mão do Estado. E uma refinaria que está na mão do Estado tende normalmente a critérios outros que não aquele de uma empresa privada, onde há o predomínio da idéia do lucro - o que é mais lucrativo e o que não é - e com base nisso se monta um empreendimento, não é?

M.S. — É. Os detalhes técnicos da refinaria não eram estranhos ao Brasil porque, além da refinaria-piloto de Mataripe, já estava encomendada a de Capuava a um grupo privado que contratou primeiro um projeto para isso. E eu me aproveitei dos elementos desse projeto - havia na época, ainda deve haver, firma, escritório apenas para o planejamento.

M.Q. — É interessante, porque há duas semanas atrás eu ouvi de um técnico na Petrobrás, que foi da montagem da Refinaria de Cubatão, exatamente essa que o senhor foi negociar, que a Refinaria de Cubatão, ao contrário do que o senhor está dizendo, não era calcada nesse exemplo de Capuava. Ao contrário, ela tinha uma...

M.S. — ...Flexibilidade.

M.Q. — ...flexibilidade que Capuava não tinha. E ele dis-

se que julgava isso ruim, porque inclusive algumas unidades que haviam sido compradas não chegaram nem a ser montadas ou foram desmontadas, porque eram antieconômicas.

M.S. — Isso foi o general... Vou lhe dizer quem lhe disse isso: era protegido do Dutra, foi... Stênio Albuquerque Lima.

M.Q. — General Stênio Albuquerque, o primeiro superintendente da refinaria. Não, não foi ele que disse, não.

M.S. — Não, ele foi o construtor e montador, mas superintendente, não. Ele é... [risos]

C.G. — Não foi ele que falou com Maria Ana.

M.Q. — Não, porque ele já faleceu, inclusive.

M.S. — Então foi o Artur Levy.

C.G. — Também não. Foi um técnico mesmo.

M.Q. — Foi um técnico, um assessor do Artur Levy.

M.S. — Bom, a questão é a seguinte: nós tivemos como base um projeto feito por uma empresa que só trata disso. É evidente que esse projeto era menos mal do que a ausência de projeto. Podia, inclusive, ao longo do tempo, ser aprimorado. Mas o jogo que houve para que isso saísse foi tremendo. Como vêem, nós tivemos que contornar politicamente, negociar no ar - ainda não tínhamos nada em plano, não estava aprovado -, e foi a fé dos negociadores franceses na nossa posição junto ao governo que nos deu o apoio.

C.G. — Dr. Mário, essa negociação se deu dentro dos limites das divisas congeladas ou implicou desembolso adicional?

M.S. — Todas dentro do limite congelado. Não só isso, como a frota de petroleiros, as locomotivas e uma parte do

oleoduto.

M.Q. — Aproveitando o assunto e no mesmo sentido, já que a gente está falando dessa parte, que é um pouco desagradável, que são as críticas, a que todo o homem público está sujeito, eu li um documento que está hoje no arquivo particular de Getúlio Vargas, de autoria de um advogado, Gouveia Vieira, no qual ele faz uma apreciação sobre a frota de petroleiros no início do segundo governo Vargas. Ele diz que o único navio da frota entregue foi o navio chamado Dutra, e que esse navio estava a serviço de uma outra empresa que fazia o transporte de derivados entre portos estrangeiros, que não eram portos brasileiros. Essa era a situação que ele descreve. Isso corresponde à realidade?

M.S. — Realmente o navio Presidente Dutra...

[FINAL DA FITA 2-B]

C.G. — ...Foi o único comprado pronto.

M.S. — ...foi o único comprado já pronto, novinho, consequentemente pôde vir. Os outros foram encomendados para serem construídos e se destinavam todos eles em conjunto ao abastecimento da refinaria. Ora, eu não tenho nada com a utilização dos navios que foi feita pela Fronape, mas quero aproveitar o ensejo para lhes mostrar aqui... Tribuna da Imprensa... Iam entregar, mas na baía de Guanabara.

M.Q. — Está aqui a matéria, "serão entregues ainda este ano os petroleiros. Dá conta de sua missão o diretor geral do DASP, como realizou as compras na Suécia e na Fran-

ça." E aqui a fotografia do Presidente Dutra.

M.S. — O Presidente Dutra na baía de Guanabara, onde ele descarregou óleo combustível. Agora, descarregou o óleo combustível e foi entregue ao Conselho do Petróleo, à Fronape. O tráfego de navios é muito complexo: não havendo ainda refinaria, eu acredito — não posso afirmar —, que a Fronape tenha tirado desse afretamento o melhor partido. Ela tinha todos os contratos para entrega CIF aqui no Rio. Tinha um navio disponível, fez um afretamento de acordo com as conveniências financeiras. Eu acredito, não vejo malícia nisso. Não sei exatamente o que é, mas não vejo malícia. É possível até que eu fizesse isso, pelas circunstâncias. Não gostaria de fazer mas...

C.G. — Dr. Mário, esse parecer de que falou a Maria Ana foi um parecer oferecido para o próprio governo, ele foi produzido sob encomenda e deixou claro que era parte da elaboração de uma campanha de esvaziamento de algumas das realizações do Plano Salte, pelo governo que entrava, pelo governo Getúlio. Essa é apenas uma das atitudes que foram tomadas. O senhor poderia recompor para a gente as outras atitudes de esvaziamento dessas providências em relação ao petróleo que o senhor deixou prontas, prestes a serem efetivadas, e que, no entanto, o governo Getúlio não levou adiante?

M.S. — Isso é comum por ocasião de mudança de governo, principalmente quando se trata de um assunto com muita repercussão pública. Procura-se apagar ou denegrir um pouco o que foi encontrado. Mas com o nosso depoimento*

* Depoimento à Câmara, já referido.

ficou claro o que foi feito. Posso lhes garantir que não foi fácil, nada fácil! E, se fosse apresentado de chofre, não passava, não fazíamos. Eu aproveitei as boas relações no Congresso e a camaradagem da comissão, e fizemos o des-
taque. Isso é que foi a alma de tudo.

C.G. — Mas voltando um pouco à sua viagem na França, o senhor se encontrou com o general De Gaulle, não foi isso?

M.S. — Estive.

C.G. — Como foi esse encontro?

M.S. — Esse encontro... Ele não era governo nessa época, era oposição, e me recebeu num pequeno hotel na praça d'Etoiles, onde ele morava - tinha uma pequena sala triangular de entrada e o quarto dele. Conversamos longamente. Ele tinha sido esclarecido, orientado sobre o que nós estávamos fazendo, e me disse: "Eu, no seu lugar, não fazia nada disso. O que o Brasil teria que fazer é uma estrada de ferro de bitola larga, saindo de São Paulo até a fronteira com a Argentina; porque a Argentina tem condições para invadir e tomar conta de toda a parte fértil, boa do Sul do Brasil." Eu disse: "General, isso, naturalmente, pelos detalhes, lhe foi contado pelo general Gamelin, que foi chefe da Missão Militar Francesa no Brasil, onde residiu muitos anos." Ele disse: "Foi por quê? Eu disse: "O senhor vai me perdoar lembrar uma coisa: o general Gamelin perdeu a Polônia." [risos] Ele veio com aquele amor próprio francês, mas eu respondi ao caso. E depois eu disse: "Olhe, no dia em que nossos trabalhos estiverem concluídos, o Brasil será um outro país; e um país economicamente tão forte, que a Argentina nunca terá coragem de nos atacar."

C.G. — Dr. Mário, voltando para o Brasil, quais são as primeiras providências que o senhor tomou para divulgar esses seus contatos?

M.S. — Bom, eu lhes disse que em Paris, depois que o embaixador achou que ia perder tempo, eu fiz contato com o sr. Charles Schneider, presidente do grupo Schneider, e os diretores da Fives-Lille. Eu lhes dei a lista das principais credenciais técnicas.* Credenciais financeiras foram dadas pelo banco de Paris-Pays-Bas, monsieur Emmanuel Monique.* De modo que fui pessoalmente, como já lhes disse, correr as usinas. Quando senti que técnica e financeiramente, eles estavam habilitados, pedi as propostas firmes. Creio que eu lhes dei também as propostas firmes.

C.G. — Deu, sim.

M.S. — Outubro de 1950... o plano ainda não havia sido aprovado, mas tinha um potencial de exequibilidade grande.

C.G. — E aí o senhor pediu o destaque.

M.S. — Sim.

C.G. — O senhor elaborou o destaque a pedido do presidente Dutra ou o senhor levou o destaque elaborado e pediu a aprovação dele? Como foi isso?

M.S. — A senhora pode ver aqui na Folha do Norte: "Às 15:00 hs. precisamente, o sr. Mário Bittencourt Sampaio, presidente do DASP, entregou ao presidente da Câmara dos Deputados os originais da mensagem do presidente da República instituindo a indústria de petróleo, cujo conteúdo foi divulgado ontem." Quer dizer, nós preparamos tudo,

* O entrevistado mostra cartas nas quais a Five-Lille e o Banco de Paris-Pays-Bas se apresentam.

o presidente assinou, eu levei em mão ao presidente da Câmara e fiquei seguindo. Conseguimos aprovação rápida, creio que em janeiro, fevereiro, e, com essa aprovação, voltamos à Europa, só para fechar, foi rápido. Fechamos isso. Agora, quanto aos petroleiros, a nossa estimativa prévia foi excedida, porque os preços aqui estavam muito altos.

C.G. — Os preços das propostas apresentadas?

M.S. — É.

C.G. — Na concorrência aberta?

M.S. — Não, antes da concorrência.

M.S. — Os preços apresentados diretamente estavam muito altos. Então fomos para Estocolmo, que nesse tempo era o centro de gravidade da construção naval. No edital estabelecemos que não podia haver intermediários: todas as comissões tudo era cortado. Abertas as propostas, nós não aceitamos os preços. Nem os menores. Fiz contra-oferta firme. Eu disse: "Olhe, estou com dinheiro em caixa [inaudível]". Com isso, nós fizemos uma economia que deu para restabelecer a tonelagem ideal prevista de começo; compramos mais dois navios de 20 mil toneladas, com economia. Deixa eu ver se foi feito mais alguma coisa: no oleoduto... - vocês já estiveram com o Levy, não é?

C.G. — Mas é importante que o senhor retome a questão do oleoduto, a questão do financiamento do oleoduto.

M.S. — O Levy falou alguma coisa a nosso respeito?

C.G. — Não.

M.Q. — Eu não fiz a entrevista dele.

M.S. — Eu não receio a opinião dele, não. Nem dele, nem de qualquer outro, portanto...

M.Q. — Dr. Mário, ele só fez elogiá-lo.

M.S. — É? Muito obrigado. O meu arquivo é muito grande, mas eu tinha separado, para lhes mostrar, os telegramas da Santos-Jundiaí a respeito da inauguração... Fica para depois, para outra vez.

C.G. — O oleoduto é negociado também com essas divisas congeladas e faz parte dessa negociação geral?

M.S. — Exato. Só os tubos. Os compressores, eles tinham medo de comprar na Europa, e nos Estados Unidos era difícil. Mas eu autorizei a comprar nos Estados Unidos e paguei cash. O americano entende qualquer coisa...

C.G. — Porque o financiamento dos bancos americanos foi negado na última hora, não é isso?

M.S. — No Export-Import Bank. Olhem como era escandaloso: "Arma-se o Brasil na luta do petróleo." Bom, vocês tem tu do isso, não é? Isto é a bíblia da conduta do Dutra, que eu lhes dei. Vejam aqui o seguinte: "Eles saem para arranjar dinheiro." E aqui: "Ele oferece"...

M.Q. — Os franceses, não é?

M.S. — Vejam que nós tínhamos crédito. Vocês querem mais alguma coisa?

C.G. — Nós queríamos que o senhor falasse sobre o projeto do Fundo Naval, que o senhor elaborou também nesse momento, em 1948.

M.S. — A filosofia do projeto do fundo naval está aqui: "Nossa Marinha de Guerra voltará a ser, será sempre a rainha"... [inaudível] O Fundo Naval, a não ser a dificuldade política, não apresentava maiores dificuldades. Eu parti do seguinte princípio: que a Marinha de Guerra dá

cobertura para o intercâmbio comercial externo; conseqüentemente, deve-se uma taxa de seguro à Marinha. Preparei tudo, mas na hora o presidente ficou retraído. Ele disse: "Você faz isso, daqui a pouco a Aeronáutica quer, o Exército quer... Onde é que nós vamos parar?" Então, combinado. Eu preparei tudo e dei à comissão de finanças da Câmara, que apresentou como projeto dela. Quando estava em plenário, a Aeronáutica pediu uma fatia. Eu disse: "Bom, não aumentando o ônus, não há inconveniente, a Marinha é que perde." A Marinha chorou um pouco, mas se conformou.

C.G. — Foi por conta dessa disputa por fatias que o fundo só veio a ser regulamentado em 1955? O senhor o elaborou em 1948, mas ele só teve regulamentação em 1955.

M.S. — É. Foi uma luta para aprovar. Vocês estão me vendo tranquilo aqui, não imaginam o que lutamos. [risos]

M.Q. — Nesse projeto do Fundo Naval havia previsão também para a construção de um estaleiro em Jacuacanga, que era um velho sonho de Marinha, muito antigo, não é?

M.S. — Exato.

M.Q. — Parece que, se não me engano, o almirante Greenhald, defendeu isso durante longos anos nos vários comitês e conselhos que foram criados durante todo o período da Segunda Guerra. Então, essa discussão em torno da criação do estaleiro foi muito longa.

M.S. — Muito.

M.Q. — Mas já em 1950, parece que isso já estava ganhando alguma força, porque, inclusive, o terreno para a construção do estaleiro já havia sido...

M.S. — ...Obtido.

M.Q. — ...obtido. Aí o senhor incluiu o projeto do estaleiro.

M.S. — ...Que dava recursos em bloco, podia aproveitar numa coisa ou noutra.

M.S. — Vocês ainda têm pergunta a fazer?

C.G. — Ah, muitas! [risos]

M.S. — Vejam lá, hein!?

C.G. — Dr. Mário, eu queria pedir ao senhor que recompusesse para a gente o balanço que o senhor fez no seu depoimento à Câmara da efetiva utilização da previsão orçamentária deixada pelo senhor na virada do governo Getúlio, com o montante que foi efetivamente utilizado na construção das refinarias e o que foi esvaziado. O senhor deixou uma previsão orçamentária precisa destinada ao investimento nas refinarias.

M.S. — Deixei.

C.G. — Mas parte disso não foi efetivada. O senhor poderia recompor para a gente?

M.S. — Não, só refinaria, me desculpe, mas não.

C.G. — Para refinarias e para todo o investimento na estrutura do petróleo.

M.S. — É refinaria, frota nacional de petroleiros, oleoduto e as 90 locomotivas. Isso tudo foi feito com os créditos da Lei 650, que foi o destaque do Plano Salte.

C.G. — Mas o governo Getúlio não cumpriu essa... [riso]
previsão orçamentária.

M.S. — Não.

M.Q. — O senhor, por exemplo, no seu depoimento, nos diz que havia previsto dinheiro inclusive para... um montante para Cubatão, um montante para uma refinaria que se instalaria no Rio de Janeiro... E o montante para Cubatão, já previsto, alocado no orçamento de 1951, foi diminuído, e a verba que havia sido destinada para os primeiros estudos da refinaria do Rio de Janeiro, foi deslocada, esse dinheiro não foi mais colocado. E o senhor havia previsto também que em 1952 começariam os estudos de uma refinaria no Recife. E essa, nem se fala, não foi tocada, não é?

M.S. — Esse programa todo, pelo espaço de tempo que exigia, precisava continuidade. E é nessa filosofia que repousa o nosso depoimento na Câmara. O mérito daquele depoimento não está somente no relato histórico do que foi feito: esse histórico serviu para mostrar nossa capacidade no momento, mas estavam esquematizados ali os recursos que seriam investidos na pesquisa e lavra, porque à medida que as refinarias fossem produzindo, aquilo seria um rolo contínuo. Mas, se não foi seguido, teve um grande mérito: modéstia à parte, contribuiu decisivamente para o projeto da Petrobrás. Queiram ou não, foi aquilo que deu a Petrobrás, foi aquilo que convenceu um grupo grande de descrentes e vacilantes no Congresso a autorizarem o deputado Bilac Pinto a redigir o substitutivo vencedor. E como disse aqui na Veja, o deputado Bilac Pinto foi conosco à casa do marechal Dutra para ouvir detalhes. O marechal disse: "Tudo o que eu tinha a dizer, está nessa carta, e o ministro Bittencourt Sampaio representa meu ponto de vista." Então fomos para a casa do deputado Maurício Joppert, meu antigo professor na escola, e lá, na varanda da casa dele, na praça Eugênio Jardim, nós redigimos. E as

senhoras podem ver, cotejando a alteração do deputado Bilac Pinto com a redação final, com a lei final da Petrobrás, que é praticamente a mesma.

M.Q. — Mas o substitutivo do Bilac Pinto era mais radical no sentido do monopólio do que, por exemplo, o do dr. Eusébio Rocha, não é?

M.S. — Perfeito. Mas a questão é a seguinte: o dr. Eusébio Rocha, meu simpático amigo lá de São Paulo, é, a meu ver, intransigente demais em certas ocasiões. Com a intransigência, com a muralha à frente, não se caminha, não se constrói. Eu próprio sou estatal, sempre fui, mas as circunstâncias me levaram a aceitar temporariamente os contratos de risco, que eu condeno, eu condeno. Eu não assinaria um. Mas era preciso mostrar à opinião pública que havia meio de tirar petróleo do Brasil. Só faltou guerra civil entre as correntes entreguista e "O petróleo é nosso".

M.Q. — Aliás, a respeito da campanha, como o senhor viu a mobilização popular? Ela teve um peso, interferiu também na definição da solução do monopólio?

M.S. — Ela levou simpatias acentuadas para a solução. Mas os homens que tinham que decidir encaravam os dois lados da questão: a possibilidade de fazer, que eles não acreditavam, em geral, e o risco do problema do crescimento da demanda de petróleo. Ora, nós estávamos começando uma industrialização em grandes proporções no Brasil, trazendo um crescimento vegetativo enorme para o consumo de petróleo. Petróleo é dólar. Se nós não tivéssemos meio, íamos cair na situação desejada pelas cinco irmãs: o impasse. Elas costumavam preparar o advento de uma situação assim,

e nós não sabemos até que ponto essas campanhas eram alimentadas por elas. Que eram alimentadas, eram.

C.G. — O senhor defende a idéia de que a solução estatal do petróleo foi o que viabilizou a industrialização brasileira? Que se o petróleo permanecesse sob o controle das cinco irmãs, a industrialização não teria sido possível?

M.S. — Muito bem.

M.Q. — Dr. Mário, o projeto Bilac Pinto previa também um monopólio para a área de distribuição, não é?

M.S. — É.

M.Q. — E o senhor estava ao lado dele redigindo esse projeto, não é?

M.S. — Mas nesse ponto eu não concordei, não.

C.G. — O senhor, no seu depoimento na Câmara, fez inclusive uma crítica ao substitutivo Eusébio Rocha pedindo, primeiro, que não se encampasse a área de distribuição.

M.S. — É.

C.G. — Segundo, que o acréscimo de imposto para financiamento da Petrobrás fosse só de 30%, e terceiro, que as refinarias já autorizadas a funcionar revertissem para o Estado. Mas essas sugestões não foram...

M.S. — Essa última não foi feita, porque na ocasião foi negociada uma fórmula mais atenuante: as refinarias que no dia da sanção da lei estivessem funcionando, continuariam; as que não tivessem conseguido funcionar, seriam encampadas. É por isso que a de Capuava tem uma estrutura toda diferente, é concentrada; ela veio praticamente pronta, aqui foi só montar, apostando corrida com o projeto de lei.

M.Q. — No final é concluída a Refinaria de Manguinhos, logo depois a de União, praticamente todas juntas, e Cubatão em seguida, não é?

M.S. — É.

C.G. — Mas, voltando um pouco, conta para a gente como se deu essa disputa em torno de se estatiza ou não a estrutura de distribuição de petróleo.

M.S. — Eu acho que a distribuição em si não é parte integrante do monopólio, é alternativa. Se o monopólio tomasse conta de toda a distribuição, nós não teríamos ponto de referência para controle de preço, disso e daquilo. Por exemplo, quando se tem uma indústria particular ao lado de uma estatal, é um ponto de referência importantíssimo! Eu achei que, como já existia e estava funcionando bem, devia-se deixar. Um dos argumentos que eu dei ao Joppert foi: "No futuro, se não funcionar bem, nós tomamos. Encampamos."

C.G. — Era o Joppert quem defendia a estatização?

M.S. — Era. Vocês estão me... [risos]

M.Q. — Agora, vamos pegar um pouquinho a parte referente ao Plano Salte.

[FINAL DA FITA 3-A]

M.S. — A modificação do deputado Lafer era na parte financeira. Ele receava que faltassem recursos, que a previsão estivesse otimista, e ele, como relator da Receita na Comissão de Finanças, vivendo essas cifras, achou oportuno propor umas modificações. Diminutas, sem maior expressão,

mas atendendo à vaidade profissional.

C.G. — Mas, na verdade, o Plano Lafer terminou por se aproximar da sua proposta inicial do que do substitutivo. Como o senhor explica isso? [risos]

M.S. — É preciso não esquecer que o deputado Horácio Lafer era vice-líder da maioria, além de vice-presidente da Comissão de Finanças. De modo que os objetivos dele estavam muito próximos dos objetivos do governo. Tudo era mais ou menos de comum acordo. [risos]

C.G. — Dr. Mário, o senhor acabou de fazer uma profissão de fé em defesa da presença econômica do Estado. O senhor podia recompor para a gente qual era a sua posição no início dos anos 50, onde estavam sendo definidas as vias que tomaria a industrialização brasileira? Que peso o senhor defendia naquele momento para a presença estatal? Em relação ao petróleo, o senhor já deixou isso bem claro, mas a presença do Estado, numa visão mais geral, em que termos o senhor a defendia?

M.S. — A meu ver, a presença do Estado é indispensável numa atividade pioneira. Atividade pioneira, a não ser altamente rentável, não atrai. Então o Estado tem. Ora, o Estado abre estradas, faz uma série de outras coisas que não devia fazer. Mas se ele não fizer, ninguém faz. E depois, tudo isso visa uma recuperação indireta: o aumento da economia da região servida, isso e aquilo. De modo que eu sou favorável à interferência do Estado em atividade pioneira ou necessária à soberania nacional. O petróleo, a siderurgia... Se o Estado não controlasse isto, nós seríamos uma outra Arábia.

M.Q. — E o senhor considerava a solução dada, de sociedade

de economia mista, como sendo a melhor forma de intervenção, no caso do petróleo?

M.S. — Eu preferia, no caso do petróleo, que é de tal modo importante e rentável, não haver essa economia mista. Porque a Petrobrás não está aí investindo montanhas de dinheiro? Ninguém acreditava, não é?

C.G. — Então o senhor preferiria que a solução do petróleo fosse exclusivamente estatal? [pausa] Que outras atividades essenciais o senhor defendia naquele momento como cabendo ao Estado brasileiro? O senhor já falou na siderurgia...

M.S. — Bom, há atividades que são exclusivas do Estado: a saúde pública, a instrução primária, pelo menos... Há muita coisa que cabe ao Estado. O Estado, por exemplo, como estava previsto no Plano Salte, faria silos, armazéns para estocagem de produtos. Quer dizer, quando houvesse essas variações de preço, essa coisa toda, o Estado teria onde estocar e ser o órgão moderador. O Estado é para dirigir e moderar.

M.Q. — O senhor foi um homem que trabalhou a vida toda para o Estado. Nesse período todo o senhor trabalhou, teve a experiência na Rede Ferroviária, que é uma empresa deficitária, sempre foi...

M.S. — ...Altamente.

M.Q. — ...altamente deficitária. O senhor poderia localizar mais ou menos como foi se formando essa sua concepção de que o Estado deve atuar, intervir? Inclusive porque o senhor teve a oportunidade de participar de uma experiência que mostrava que o Estado não era rentável, que a atuação do Estado não era das mais brilhantes.

M.S. — É que não se pode, nos grandes problemas, visar apenas o lucro direto, senão poucas atividades seriam lançadas. É preciso haver o reflexo disso sobre a economia geral, e a recuperação lenta, se houver. De modo que não sei se esclareci...

C.G. — E o Estado como planejador? Certamente, naquele momento de arrancada do desenvolvimento, pela própria presença do Plano Salte, é evidente que o senhor defendia uma presença estatal forte. Mas a estrutura de planejamento, o senhor defende que ela deva permanecer?

M.S. — O planejamento em si não precisa ser estatal. O planejamento precisa ser feito com a vivência dos problemas, o que nem sempre está na mão só do Estado. Agora, entre o planejamento e a execução, aí sim. Porque quando se planeja uma atividade para o Estado, não significa que o Estado vá ficar enquadrado naquilo: muita coisa é modificada. A Petrobrás mudou muita coisa da orientação inicial, e a meu ver, para melhor. Vocês devem estar admiradas: esperavam encontrar aqui um homem cheio de idéias e com grandes realizações... Posso lhes garantir uma coisa: para a Petrobrás, nós fizemos tudo o que era possível. Certamente eles não reconhecerão o que foi feito, mas foram os alicerces desse grande edifício.

C.G. — Por que certamente eles não reconhecerão? O senhor não manteve boas relações com as primeiras diretorias da Petrobrás?

M.S. — Não, eu não os conheço. Sei apenas, por exemplo, que muita gente do Conselho do Petróleo que combatia tudo isso hoje está lá com grande expressão. [risos] Não é isso?

M.Q. — É verdade.

M.S. — Sei que no Conselho do Petróleo não se escreve, não se pronuncia uma vez a expressão Plano Salte. Eles ignoram, entendeu? Não querem ouvir falar, caiu tudo do céu direitinho para eles. E caiu mesmo! Porque quando fiz o destaque no Plano Salte, os créditos, eu atribuí ao Conselho do Petróleo. Podia ter atribuído ao Plano Salte, não é? Fui generoso.

M.Q. — Mas o Conselho já levou a fama de ter descoberto o petróleo de Lobato. Quer dizer que o senhor deu essa oportunidade também de o Plano Salte sair em nome deles? Fez muito mal! Mas a gente descobre, não é?

[FINAL DO DEPOIMENTO]